COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

PROJETO DE LEI Nº 4.372, DE 2016

Altera e acrescenta dispositivo à Lei 12.850, de 2 de agosto de 2013 que "Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências".

Autor: Deputado WADIH DAMOUS

Relator: Deputado DELEGADO EDSON MOREIRA

I – RELATÓRIO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Wadih Damous, pretende alterar a Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013 (Lei das Organizações Criminosas) para, em suma: a) impedir a homologação de colaboração premiada de acusados ou indiciados presos; b) proibir o oferecimento de denúncia fundamentada apenas em declarações de agente colaborador; c) garantir a proteção aos nomes das pessoas citadas na colaboração que não sejam investigadas; e d) criminalizar a divulgação de conteúdo da colaboração premiada.

Ao presente projeto não se encontram apensadas outras proposições.

Por despacho proferido pelo Presidente desta Câmara dos Deputados, este Projeto de Lei, que está tramitando sob o regime ordinário e se sujeita à apreciação conclusiva pelas comissões, foi distribuído para análise e parecer a esta Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (mérito e art. 54, RICD).

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

A esta Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado cabe, em princípio, manifestar-se apenas em relação ao mérito da proposição, sendo que a sua constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa serão objeto de análise pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Compete a esta Comissão, portanto, avaliar a **conveniência** e **oportunidade** do Projeto de Lei e, em relação a esses aspectos, resta evidente que a proposição deve ser **rejeitada**.

Isso porque, conforme consabido, o instituto da colaboração premiada tem se mostrado uma ferramenta importante para a desarticulação de organizações criminosas envolvidas nos mais diversos crimes, inclusive contra a administração pública. Assim, qualquer tentativa de mitigar esse relevante instrumento mostra-se, sem qualquer dúvida, inconveniente e inoportuno.

Ressalte-se, ademais, que os argumentos apresentados para justificar as alterações propostas não se sustentam.

De fato, a alegação de que impedir a homologação de colaboração premiada de acusados ou indiciados presos “*se justifica para preservar o caráter voluntário do instituto e para evitar que a prisão cautelar seja utilizada como instrumento psicológico de pressão sobre o acusado ou indiciado o que fere a dignidade da pessoa humana, alicerce do estado democrático de direito*” **não prospera**.

Com efeito, a **voluntariedade** – necessária para a validade da colaboração premiada, nos termos do art. 4º da Lei nº 12.850, de 2013 – diz respeito à **liberdade psíquica** do colaborador, que **não pressupõe a sua liberdade de locomoção**. Aliás, a prisão cautelar não tem qualquer relação com a colaboração premiada, seja porque não pode ser imposta como forma de pressionar uma colaboração, seja porque não pode ser revogada simplesmente porque houve a colaboração.

Conforme ensina a doutrina, *“não existe nenhuma correlação, nenhum liame entre o instituto da delação, que tem natureza penal, e o da prisão, que tem caráter processual”*¹.

Não fosse só, impedir que os indivíduos presos possam celebrar acordo de colaboração premiada **viola o princípio da isonomia**. Sobre o assunto, aliás, o Plenário do Supremo Tribunal Federal já se manifestou, quando do julgamento do *Habeas Corpus* nº 127.483, oportunidade em que o Relator, Ministro Dias Toffoli, acompanhado por todos os seus pares, assentou o que segue:

“Quanto ao plano subsequente da validade, o acordo de colaboração somente será válido se: i) a declaração de vontade do colaborador for a) resultante de um processo volitivo; b) querida com plena consciência da realidade; c) escolhida com liberdade e d) deliberada sem má-fé; e ii) o seu objeto for lícito, possível e determinado ou determinável.

Nesse sentido, aliás, o art. 4º, **caput** e seu § 7º, da Lei nº 12.850/13 exige, como requisitos de validade do acordo de colaboração, a voluntariedade do agente, a regularidade e a legalidade dos seus termos.

Destaco que requisito de validade do acordo é a liberdade **psíquica** do agente, e não a sua liberdade de **locomoção**.

A declaração de vontade do agente deve ser produto de uma escolha **com** liberdade (= liberdade psíquica), e não necessariamente **em** liberdade, no sentido de liberdade física.

¹ MOSSIN, Heráclito Antônio. Delação premiada: aspectos jurídicos. Leme/SP: J. H. Mizuno, 2016, p. 234-235.

Portanto, não há nenhum óbice a que o acordo seja firmado com imputado que esteja custodiado, provisória ou definitivamente, desde que presente a voluntariedade dessa colaboração.

Entendimento em sentido contrário importaria em negar injustamente ao imputado preso a possibilidade de firmar acordo de colaboração e de obter sanções premiais por seu cumprimento, em manifesta vulneração ao princípio da isonomia.

[...]

Ora, não há correlação lógica entre supressão da liberdade física do agente (critério de discrimen) e a vedação ao acordo de colaboração (discriminação decidida em função daquele critério), uma vez que o fator determinante para a colaboração premiada é a liberdade psíquica do imputado, vale dizer, a ausência de coação, esteja ele ou não solto.

Tanto isso é verdade que, mesmo que esteja preso por força de sentença condenatória, o imputado poderá formalizar, após seu trânsito em julgado, um acordo de colaboração premiada (art. 4º, § 5º, da Lei nº 12.850/13).²

Portanto, impedir a homologação de colaboração premiada de acusados ou indiciados presos, além de não ter razão de ser, viola o princípio constitucional da isonomia.

Quanto à pretensão de se incluir um dispositivo asseverando que “nenhuma denúncia poderá ter como fundamento apenas as declarações de agente colaborador”, deve-se rememorar que, para se dar início a um processo penal, não se faz necessário um juízo de certeza acerca da prática delituosa, de forma que “nada impede que uma colaboração premiada, isoladamente considerada, sirva como fundamento para a instauração de um inquérito policial ou até mesmo para o oferecimento de uma peça acusatória”³.

² <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=10199666>

³ LIMA, Renato Brasileiro de. Legislação criminal especial comentada. 4. ed. Salvador: Juspodivm, 2016, p. 540.

A certeza deve ser buscada durante a instrução probatória, oportunidade em que poderão ser colhidos elementos que corroborem as declarações prestadas em sede de colaboração premiada. Caso isso não ocorra, a condenação não será possível, pois o art. 4º, § 16, da Lei nº 12.850, de 2013, já determina que “Nenhuma sentença condenatória será proferida com fundamento apenas nas declarações de agente colaborador”.

Ademais, caso a colaboração premiada não traga elementos suficientes para o recebimento da denúncia, o juiz poderá rejeitá-la com base no art. 395, III, do Código de Processo Penal (ausência de justa causa para o exercício da ação penal). Assim, o projeto também **não** se mostra, neste particular, conveniente e oportuno.

No que tange às demais alterações propostas, deve-se ressaltar que, nos termos da nossa Constituição Federal, **a publicidade deve ser a regra e o sigilo, a exceção**. Assim, a regra é que **o interesse público pela divulgação dos atos jurisdicionais prevalece sobre os interesses privados dos envolvidos**. É evidente que, a depender do caso concreto, o juiz poderá determinar que algumas informações permaneçam em sigilo, mas isso não pode ser a regra.

Quanto à pretensão de criminalizar a conduta de divulgar o conteúdo dos depoimentos colhidos no âmbito do acordo de colaboração premiada, pendente ou não de homologação judicial, por fim, deve-se esclarecer que, **caso esteja sob sigilo**, sua divulgação indevida já se amolda ao tipo penal descrito no art. 325 do Código Penal (violação de sigilo funcional). Por outro lado, caso o acordo de colaboração não esteja mais em sigilo, não há qualquer razão para punir aquele que lhe confere publicidade.

Deste modo, votamos pela **REJEIÇÃO** do Projeto de Lei n.º 4.372, de 2016.

Sala da Comissão, em de de 2016.

Deputado DELEGADO EDSON MOREIRA

Relator